

## Relatoria Andanças do Patrimônio

Cidade: Belo Horizonte / Minas Gerais

Data: 17/09/2025

Local: Funarte-MG – Rua Januária 68 (Galpões 1 e 5) - Floresta,  
Belo Horizonte

Horário: 09:00 às 18:00hs

Relator (es): Luciano dos Santos Teixeira; João Pedro Diniz  
Esposito; Vanilza Jacundino Rodrigues

**Observação:** após a conclusão da escuta, encaminhar a relatoria para: [andancas@iphan.gov.br](mailto:andancas@iphan.gov.br) Assunto: Relatoria Andanças Nome do município/Estado

### Eixo 1 - Tecendo redes e fortalecendo territórios: a institucionalização do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural a partir da gestão participativa e compartilhada

Desafios	Oportunidades
Como compartilhar as responsabilidades da gestão do Patrimônio cultural sem abdicar das próprias responsabilidades?	Buscar manter as responsabilidades de cada um na gestão do patrimônio cultural
Dificuldade de comunicação com a comunidade	Abertura de canais de comunicação com a comunidade
Ausência de um plano que oriente as ações de preservação do patrimônio cultural	Necessidade da criação de um plano que oriente as ações de preservação no estado
Não hierarquizar os tipos de tombamento – em nível federal, estadual e municipal	Criar formas de se tratar os tombamentos em suas especificidades, sem hierarquias entre os diferentes tipos

Dificuldade de se aproximar os entes que cuidam da preservação do patrimônio cultural	Aproximação entre os entes, fomentando fóruns abertos para a implementação das políticas de patrimônio
Dificuldades da legislação atualmente existente em dar conta dos diferentes tipos de patrimônio	Criar uma legislação mais adaptada para atender esses patrimônios: por vezes, a legislação municipal é mais eficaz que os instrumentos de preservação do patrimônio cultural
Como os órgãos de preservação estão se estruturando para as escutas e as devolutivas da sociedade?	Necessidade de se estruturar os órgãos de preservação para as escutas e para as devolutivas à sociedade
Perda da memória institucional pela ausência de servidores, sobretudo em municípios menores	Cuidar mais da memória institucional
Necessidade de maior interação não apenas entre os entes, mas também internamente, sobretudo dentro das próprias prefeituras	Esforço de aperfeiçoar a interação entre os entes e dentro das prefeituras
Comunicação, sistematização, integração e gestão da informação como desafios maiores para a implantação de um SNPC	Investimento maior na comunicação e nos processos de gestão da informação
Hierarquização entre o patrimônio material, o patrimônio imaterial e o patrimônio ambiental	Romper com as hierarquias entre os diferentes tipos de patrimônio
Ausência de detentores nos conselhos deliberativos de patrimônio	Não dá mais para não ter detentores nesses conselhos deliberativos
Dificuldades no estabelecimento de redes horizontais e participativas na área do patrimônio cultural	Criação de redes horizontais, sociais e participativas
Em políticas como do ICMS cultural, o patrimônio imaterial fica em segundo plano	Valorizar o patrimônio imaterial como possível objeto de políticas de fomento e incentivo fiscal
Falta de mais informação e divulgação sobre o próprio evento do Andanças	Divulgar de forma mais ampla e sistemáticas eventos, como o Andanças, na área do patrimônio cultural
Falta de maior fundamentação histórica na hora da implantação do SNPC	Procurar-se uma maior fundamentação histórica para o esforço de implantação do SNPC

Sem dados, não há políticas públicas possíveis	Buscar a criação de sistemas de informação e bancos de dados para subsidiar as políticas públicas na área de patrimônio
Falta de um mapeamento de agentes culturais	Criar um cadastro nacional de agentes culturais
Sem dados georreferenciados, é muito difícil fazer política pública	Aprimorar o processo de georreferenciamento dos dados que embasem as políticas de patrimônio
Salvaguarda: a maior dificuldade é o que se faz depois do registro	

## **Eixo 2 - Patrimônio Cultural para e pelo povo: representatividade, acessibilidade, equidade e democratização**

Desafios	Oportunidades
Ineficiência do sistema de cotas para a população indígena. Algumas pessoas não se enquadram nas categorias estabelecidas: não são negros nem pardos, nem indígenas e não sabem onde podem se encaixar.	Caracterização do sistema de cotas para as diferenças do público de origem indígena. O sistema de cotas deve ser uma ferramenta para amenizar o impacto do racismo.
Acessibilidade de fruição dos bens. Muitos bens em propriedades de pessoas, entidades ou empresas.	Estabelecer diretrizes pra gestão dos bens que estão em propriedades privadas
Educação e Cultura. Patrimônio para a educação. Preparar as escolas para receber e ter contatos com todos os tipos de patrimônio. Foco muito restrito ao patrimônio material dos museus.	Cultura e educação como forma de busca pela cidadania para instrução popular. Já existem exemplos bem-sucedidos.
Abrir espaço para detentores de conhecimento nas escolas.	Preparar a escola para receber o patrimônio, principalmente o imaterial.
Fragilidade dos setores de educação patrimonial.	Abrir espaço para detentores de conhecimento nas escolas.
Educação patrimonial muito preocupada com gestão/financeiro.	Conscientização sobre a importância da educação patrimonial para preservação do patrimônio.

Tangenciamento do setor do patrimônio para o patrimônio edificado. Reuniões patrimoniais tomadas por arquitetos.	Leitura do patrimônio como área multisetorial, enxergando as múltiplas interferências na construção do patrimônio.
Banalização do patrimônio (principalmente imaterial) por falta do senso de pertencimento da população para com o patrimônio.	Educação pelo patrimônio como instrumento de gestão do senso de pertencimento.
Fruição para quem? Muito difícil manter as novas gerações na noção de patrimônio por falta de vivências.	Políticas públicas assertivas de fruição do patrimônio para as novas gerações.
Falta de conhecimento da história local.	Necessidade de conhecimento da História local.
Além de proposta política, existe uma proposta técnica na sistematização de ações.	Sistematização de ações de preservação.
Hipervalorização de patrimônios reconhecidos por órgãos patrimoniais em detrimento das microculturas.	Avaliar e valorizar as referências culturais locais. Educar pessoas patrimonialmente.
Simplificação do conceito de cultura. A educação patrimonial não trata apenas da educação para com os jovens, mas lida até mesmo com o “alto escalão”: adultos e até mesmo representantes públicos.	Atividades de educação patrimonial nas escolas e com as escolas para conscientização do público geral.
Ambientes de debate sobre patrimônio/educação patrimonial com o estigma de inacessíveis.	Ampliar o contato das pessoas com as técnicas construtivas do patrimônio. Melhorar a divulgação.
Dificuldades na divulgação e participação das pessoas na construção do patrimônio. Problemas criados por vezes na própria burocracia.	Desburocratizar para facilitar e democratizar o acesso popular ao patrimônio.
Considerar tudo como patrimônio pode gerar problemas principalmente relacionados ao reconhecimento e valorização dos patrimônios (se tudo é patrimônio, nada é patrimônio)	Deixar claro a distinção entre cultura e patrimônio principalmente para a geração de políticas públicas.
Pouca ou má distribuição de recursos da cultura para o patrimônio.	Força e criatividade para o cotidiano de enfrentar a rotatividade do cotidiano, principalmente na dificuldade financeira da atualidade.

Garantir democratização e equidade.	Tratar a forma com que os serviços são efetivados para considerar as diversidades e conseguir uma equidade.
Pensar o patrimônio a partir de uma lógica multissetorial, pela perspectiva multiplicadora da diversidade de campos e áreas - a educação pelo patrimônio	As políticas públicas não devem ser feitas somente pelos gestores

### **Eixo 3 - Fazendo a Roda Girar: Fomento, Economia do Patrimônio, Trabalho, Renda e Sustentabilidade**

Desafios	Oportunidades
Como fazer com que os editais e outras formas de financiamento sejam acessíveis a pessoas com dificuldades com as questões burocráticas e/ou mesmo analfabetos	Criar mecanismos para facilitar o acesso a pessoas que possam participar dos mecanismos de fomento à cultura
Desburocratizar as formas de repasses de recursos para os detentores	Fortalecer agentes culturais que possam fazer a ponte entre quem precisa de apoio e aqueles que podem ajudar
Dificuldades de incentivar a participação social	Construir um caminho em conjunto de participação
O que interessa mais ao Poder Público: o interesse eleitoreiro ou o crescimento dos grupos detentores de patrimônio?	É importante valorizar cada vez mais os grupos detentores do patrimônio cultural
Sustentabilidade econômica é para garantir a reprodução das práticas culturais ou necessariamente para gerar dinheiro?	Discutir os objetivos reais da busca pela sustentabilidade econômica
A questão da sustentabilidade depende do contexto e do tipo de bem cultural	É possível valorizar economicamente o patrimônio e conciliar o cuidado com os detentores, garantindo seus direitos
Papel do Estado em mudar a ação das empresas no trato com o patrimônio cultural	
	Garantir a participação social nos conselhos
Há um limite para o incentivo econômico - o impacto negativo de certos espetáculos que podem afetar a comunidade? Qual o custo?	Buscar exemplos de como o Estado garanta diretamente aos detentores sua subsistência, sem risco da mercantilização
Faltou (no caderno metodológico do Andanças) uma pergunta geradora, na contramão, que	Importância de se ocuparem os espaços públicos (de decisão) e se criarem redes de contato

tratasse dos efeitos negativos da sustentabilidade econômica	
É preciso se definir o que é o patrimônio cultural	É preciso melhorar a informação (e comunicação) sobre o que representa o patrimônio cultural
Não existe a necessidade de recursos financeiros apenas para o patrimônio que tem relação com o mercado	Dinamizar formas de financiamento (editais na área de patrimônio)

#### **Eixo 4 - Patrimônio Cultural: caminhos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a proteção e a adaptação frente à emergência climática**

Desafios	Oportunidades
Rompimento com o colonialismo, de se valorizar os modos de construção (arquitetônicos) tradicionais contra o elitismo	Tudo está ligado – as políticas de patrimônio não podem ficar restritas ao campo da cultura, mas dialogar com outras políticas públicas
Evitar a “gourmetização” no processo de valorização da cultura e dos saberes ancestrais: não ser apenas pela estética	Edificação biocultural (bioconstruções)
Os impactos da emergência climática vão muito além do patrimônio, são também sociais	Romper com a lógica predatória de consumo, minimizando-se os impactos que ele tem
	A proteção do patrimônio deve se dar também pelo licenciamento ambiental